

A trajetória das reflexões sobre o mercado de trabalho no pensamento latino-americano: da marginalidade social ao subemprego

Gustavo Zullo. IE/UNICAMP

Resumo:

A partir da discussão sobre a marginalidade social na América Latina, o presente artigo tem como objetivo desvendar os caminhos percorridos pelo pensamento crítico latino-americano na formulação do conceito de subemprego. Tendo repercutido fundamentalmente da e na CEPAL, partiu-se das análises sobre a possibilidade de se generalizar ou não a categoria *exército industrial de reserva* para a realidade econômica e social dos países periféricos, o que, respectivamente, redundou em concepções dualistas, de um lado, e contestações que reivindicavam a unidade da realidade social e econômica, de outro. Por fim, outros autores cepalinos evidenciaram a particularidade latino-americana de modo a expor a singularidade da heterogeneidade estrutural e do subemprego.

Palavras-chave: CEPAL; marginalidade social; exército industrial de reserva; heterogeneidade estrutural; subemprego.

Abstract:

From the discussion about social marginality in Latin America, this paper aims to reveal the path taken by the critical Latin-American thought in the formulation of the concept of underemployment. Being fundamentally reflected from and in ECLAC, major analyses were based on the possibility of generalize or not the category *industrial reserve army* for economic and social reality of the peripheral countries, what, respectively, redounded in dualist conceptions, in one hand, and disputes that claimed the unity of the social and economic reality, in another hand. Finally, other authors from ECLAC pointed out the Latin-American particularity in a way that exposed the singularity of the structural heterogeneity and the underemployment.

Key words: ECLAC; social marginality; industrial reserve army; structural heterogeneity; underemployment.

1. Introdução

O avançar dos processos de industrialização e urbanização, parte necessária de qualquer expansão do modo de produção capitalista, invariavelmente conduz uma quantidade enorme de homens e mulheres à condição de proletário.¹ Todavia, esta condição não é suficiente para determinar as formas que assumem as estruturas produtiva e ocupacional, evidenciando o peso de cada formação histórica sobre as singularidades nacionais e mesmo regionais, cujos processos têm ritmos, intensidades e durações diferentes. Ainda que a acumulação de capital, onde quer que seja, leve à formação de um *exército industrial de reserva*², o passado colonial comum a todos os países latino-americanos, e, no que toca ao Brasil, a escravidão mercantil,³ deixaram rastros indeléveis. Os desempregados e “semiempregados” que surgiram nas maiores cidades da região tiveram maior extensão e longevidade do que o registrado em qualquer país hoje considerado desenvolvido.⁴

Em virtude dessas diferenças, em que pesem as semelhanças partilhadas entre todos os processos de caráter capitalista, as análises realizadas na América Latina sobre as consequências sociais da expansão industrial e urbana levaram a indagações sobre a natureza desse processo, que inevitavelmente foi comparado com as situações análogas por que passaram os países desenvolvidos, o que suscitou a percepção sobre a peculiaridade que assumia o mercado de trabalho, o que culminou na cunhagem do termo *marginalidade*. O debate latino-americano sobre a marginalidade tentava compreender as idiosincrasias dessa região. Sinteticamente, procurava-se tanto averiguar se a categoria exército industrial de reserva era suficiente para abarcar uma realidade tão distinta daquela em que Marx projetara sua análise, quanto apreender a

¹ Segundo Marx (1867, p. 690), “A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vendem constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.”

² De acordo com Marx, op. cit., p. 716-723, o exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, é composto por todo(a) trabalhador(a) que por algum tempo estaria parcial ou totalmente desocupado, sendo quatro as suas formas: flutuante, latente, estagnada e pauperismo.

³ Para o caráter mercantil da escravidão no Brasil e suas consequências sobre a forma e o padrão de dominação sociocultural, político e econômico, ver Fernandes (1976).

⁴ Para a comparação da formação do exército industrial de reserva em países subdesenvolvidos e desenvolvidos, ver Hobsbawm (1969).

maneira pela qual a industrialização periférica gerava um volume tão grande de trabalhadores urbanos que, a princípio, não estava diretamente relacionado à valorização do capital monopolista. Pautada na análise das relações entre as estruturas produtiva e ocupacional, a discussão sobre a marginalidade social na América Latina pretendeu elucidar, portanto, se os processos de industrialização teriam criado uma dualidade socioeconômica. Mais especificamente, questionava-se sobre a existência de dois mercados de trabalho, sendo um pertencente ao setor monopolista, moderno e em vias de instalação, e o outro ligado às demais formas de organizar a produção, geralmente relacionadas ao arcaísmo.

Para compreender a construção da categoria *subemprego*, assim, como a sua adequação à realidade latino-americana, era necessário, todavia, não apenas maior clareza sobre as diferentes posições em disputa como também era necessário organizar uma posição sobre os efeitos precisos sobre o mercado de trabalho dentro de um arcabouço teórico direcionado às especificidades da industrialização latino-americana, o que trazia a necessidade de se pensar a dinâmica do mercado de trabalho conjuntamente com a formação da cadeia produtiva na região, eminentemente heterogênea. Tendo, portanto, o objetivo de evidenciar os caminhos percorridos pelo pensamento latino-americano que levaram à formulação do conceito de subemprego, optamos por seguir a trajetória das interpretações mais fecundas sobre a marginalidade social, que travaram um importante debate nos anos 1960 e 1970. Na sequência, analisaremos como estas contribuições iniciais foram absorvidas no interior da CEPAL, sobretudo por Octavio Rodríguez, que é quem dá os contornos finais a questão e elabora o conceito de subemprego apropriado às especificidades da região e se encarrega de dar os contornos iniciais ao método para sua quantificação estatística.

2. Marginalidade Social na América Latina

Como já adiantado na *Introdução*, o debate sobre a marginalidade social teve como seu eixo fundamental a discussão sobre a validade da categoria exército industrial de reserva para a população não ocupada ou apenas parcialmente ocupada. Mais especificamente, procurava-se desvendar as possíveis consequências da expansão do capital monopolista sobre a realidade

social e econômica dos países da região, que, aventava-se, comportavam duas dinâmicas independentes uma da outra. Neste campo teórico, Anibal Quijano e José Nun levaram ao paroxismo as consequências da industrialização dependente da América Latina sobre o mercado de trabalho, que foi por eles rígida e teoricamente segmentado em dois. Todavia, autores como Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick discordavam dessas proposições iniciais e trouxeram argumentos para opô-las, dando outro significado à amplitude do exército industrial de reserva.

2.1 Anibal Quijano e José Nun: concepção dualista no âmbito da CEPAL

Os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a marginalidade social, sobretudo nos EUA, abordaram o problema desde um ponto de vista estrutural-funcionalista que, associada à ideia schumpeteriana de empresário inovador, focam a análise na personalidade marginal e entendem que a saída de tal situação seria encontrada pelo próprio indivíduo na medida em que o mesmo tenta eliminar e/ou romper barreiras.⁵ Todavia, Anibal Quijano inverte a ênfase sobre o indivíduo e coloca o peso da problematização na formação histórica dessas sociedades, adequando o problema à perspectiva do estruturalismo histórico. Dentro desse registro analítico, a marginalidade seria compreendida dentro da problemática do subdesenvolvimento, dando atenção especial à América Latina. Seu foco seria “a situação social como tal e se refere, antes, aos grupos sociais”.⁶ Quijano afirma que a vertente histórica tem como problema comum a qualificação do que seria marginalidade, que convergiria numa identificação do problema como uma “falta de integração em”.⁷ Eis então que caberia ao estruturalismo histórico identificar os mecanismos que integram parcela expressiva da sociedade apenas de modo marginal,⁸ o que não se conseguiria entender senão pela oposição a um polo dominante. O conflito e a dominação de grupos/classes sociais assumiriam papel importante nas análises sobre a sociedade tal como está

⁵ Quijano (1978, p. 14-17).

⁶ Idem., ibidem., p. 18.

⁷ Id., ibid., p. 27.

⁸ Cardoso (1977, p. 172) identifica que nas análises de Quijano há um avanço importante em se considerar os marginais não como um tipo não integrado, mas como uma forma peculiar e deficiente de integrar, pertencer e participar.

estruturada. Os elementos do polo dominante podem definir o caráter fundamental – ou básico – da sociedade, requisitando a existência e a reprodução de populações marginais.⁹ Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, a marginalidade social não derivaria do movimento básico da sociedade, ainda que a sua existência evidenciasse as limitações integrativas dessa estrutura básica. Em outras palavras, ainda que se reconheça o conflito como força que impede uma integração igualitária na sociedade, recorre-se a fatores externos para a explicação da heterogeneidade social e econômica.

A análise de Quijano, portanto, é limitada quanto ao alcance das tensões nas sociedades, na medida em que a exclusão é antes uma obra da incorporação de técnicas e formas de organizar a produção provenientes do capital monopolista do que da dominação de classe. Nesse sentido, afirma que as técnicas mais modernas seriam incompatíveis com as reais possibilidades de grupos marginalizados, sobretudo pelas suas condições financeiras, absolutamente distantes de algo que permita a reprodução do padrão dominante. Ou seja, ainda que essas proposições apresentassem caráter ainda bastante incipiente, o autor já enunciava aquilo que estaria desenvolvido em *The marginal pole of the economy and the marginalised labour force*: a ausência de relação entre marginalidade e exército industrial de reserva. Nesse segundo texto, o autor aponta, em primeiro lugar, que todo um grupo social era necessariamente submetido a viver sob condições materiais precárias justamente por estar submetido a formas monopolistas de organizar a produção – estas, por sua vez, eram inseridas de forma plena, enquanto alguns elos da cadeia produtiva eram instalados, o que representava uma inserção abrupta e parcial/fragmentada.¹⁰ Em segundo lugar, e em consequência do primeiro conjunto de mudanças, sobretudo por causa da sofisticação da tecnologia empregada, uma parcela significativa da força de trabalho não teria a possibilidade de encontrar ocupação nesse nível da economia.¹¹

Fica explícito que, para Quijano, a marginalidade está intimamente relacionada tanto a um sistema interno de dominação, que impõe a pobreza a uma massa enorme de pessoas, como a

⁹ Quijano, op. cit., p. 36, indica que seriam três os tipos de elementos estruturais: os dominantes/básicos, os secundários e os marginais.

¹⁰ Quijano (1974, p. 397).

¹¹ Idem., ibidem., p. 393.

uma inserção dependente das formações latino-americanas no sistema econômico mundial. Mais fracas sob os pontos de vista político, militar e tecnológico, os grupos à margem dos níveis superiores não podem ser modificados pela simples ampliação da base dominante. Eliminar a marginalidade social seria o mesmo que subtrair o caráter básico das estruturas de dominação social. Nesses termos, Quijano afirma que a resolução da marginalidade não é questão de ajuste. É questão de modificação radical da estrutura de poder. Ou seja, é a penetração abrupta e parcial do capital monopolista que gera uma insuficiente absorção de trabalho.

Valendo-se de um certo matiz culturalista, o autor afirma que a inserção dos setores monopolísticos, que representariam o nível dominante e hegemônico, cria bloqueios que impedem parte considerável da força de trabalho de ter acesso às ocupações e meios de produção tipicamente relacionados ao nível dominante. Essas novas formas de organizar a produção requisitariam outra quantidade e, principalmente, outra qualidade de força de trabalho. Esse processo, todavia, provoca uma expansão e uma precarização dos níveis competitivo e marginal.¹² Esses acontecimentos seriam característicos do processo latino-americano de transição ao capitalismo, que teria ocorrido de forma abrupta e parcial, uma vez que não só foi imposta de fora e de maneira fundamentalmente não-orgânica¹³ às formações latino-americanas, como também incorporou apenas fragmentos¹⁴ de elementos e processos das formações dominantes, para o que o autor afirma categoricamente: “São apenas os produtos da tecnologia que chegam até nós”.¹⁵ Essa inserção, apesar de ser grandemente responsável pela expansão da produção na América Latina, foi incapaz de generalizar os efeitos da modernização para toda a matriz produtiva que ali existia previamente. Não só isso. Nota-se que elementos da matriz prévia não podem ser eliminados, o que provoca o seu ajustamento a uma nova estrutura produtiva articulada sob a hegemonia de uma nova forma de organizar a atividade econômica, o

¹² Id., *ibid.*, p. 406. Dada a importância que o autor confere ao caráter dependente e subordinado dos demais níveis econômicos para com o polo hegemônico, cabe reforçar que “esses são o resultado da determinação que emerge do controle monopolístico dos meios básicos de produção na sociedade.”

¹³ De acordo com Quijano (1974, p. 395-396), uma incorporação não-orgânica seria aquela que não seria fruto do desenvolvimento de formas de organização competitiva e internas à própria formação socioeconômica.

¹⁴ Idem., *ibidem.*, p. 396.

¹⁵ No original, Quijano (1974, p. 396) afirma: “É apenas os produtos da tecnologia que chega até nós”.

qual acirra ainda mais as desigualdades, uma vez que parte importante das estruturas marginal e competitiva são desmobilizadas pelo predomínio do capital monopolista.

A inserção desse nível dominante subordina economicamente os demais e leva à dispensa de uma grande quantidade de trabalhadores, o que leva a uma expansão significativa dos setores que existiam previamente a sua chegada. Contudo, essa expansão não significa que passaram a ocupar um lugar mais privilegiado na estrutura socioeconômica. Muito pelo contrário. Os trabalhadores ocupam um nível ainda mais deprimido graças à perda de controle dos recursos necessários à produção, assim como também perdem gradativamente espaço para as mercadorias produzidas pelo nível hegemônico, o que resulta também de sua característica baixa produtividade. Todos os níveis de atividade e mecanismos de organização econômica deprimidos pela expansão dos setores agora dominantes podem ser designados como um novo nível econômico, que é o polo marginal.

O tipo de força de trabalho que será empregada no polo marginal é, em boa medida, determinado pelos tipos de recurso e pelos interesses sociais que controlam tais recursos. E estes, como já dito anteriormente, dependem das relações estabelecidas entre essas formas de organização e as formas dominantes monopolistas. Para ocupar algum posto de trabalho no nível hegemônico há que se possuir uma qualificação crescentemente exigente, que não se encontra entre todos os trabalhadores existentes no mercado de trabalho urbano, que é onde se concentra a produção industrial.¹⁶ Encontrar trabalhadores com a especialização requerida pelo nível hegemônico torna-se, portanto, uma tarefa difícil, mesmo porque muitas vezes não haveria conexão social e cultural com as zonas em que se inserem abruptamente as empresas monopolistas. Isso leva essas mesmas empresas e o governo a treinarem eles mesmos sua própria mão de obra,¹⁷ criando um mercado de trabalho exclusivo a si próprios e, ao mesmo tempo, impedindo que outros trabalhadores lhes representem algum tipo de pressão.¹⁸

Considerando-se que os setores monopolistas empregam uma quantidade relativamente pequena de trabalhadores, mais adequados ao perfil da tecnologia empregada nestes ramos, a

¹⁶ Idem., *ibidem.*, p. 408.

¹⁷ Id., *ibidem.*, p. 419.

¹⁸ Id., *ibidem.* p. 418.

maioria dos postos de trabalho na indústria de transformação situavam-se nos setores competitivos, que absorvem mão de obra somente de modo irregular e flutuante. Consequentemente, a maioria da população, crescente em virtude do fluxo oriundo das regiões rurais, passa a encontrar ocupação principalmente nos serviços, onde a remuneração é baixa e estaria se deteriorando dia após dia.¹⁹ Em suma, o mercado de trabalho marginal passa a constituir uma parcela cada vez mais numerosa e que tenderia a se comportar como um exército industrial de reserva apenas para os setores competitivos, uma vez que nenhuma das unidades produtivas provenientes deste nível de produção consistiria em uma reserva de trabalho aos setores dominantes, não se constituindo nem como uma alavanca nem como uma condição de existência do nível hegemônico.

Portanto, a análise implica numa segmentação do mercado de trabalho em duas instâncias bastante rígidas. Nesse sentido a força de trabalho dos níveis competitivo e marginal seria necessariamente supérflua para o nível hegemônico de produção, uma vez que o aumento da produtividade do trabalho não dependeria da competição entre trabalhadores, mas, sim, seria produto da capacidade dos meios de produção.²⁰ Consequentemente, a expansão da produção industrial não mais dependeria da quantidade de trabalho disponível no mercado, mas, sim, das inovações.

Por sua vez, José Nun chega, por outra via, à conclusões semelhantes às de Anibal Quijano. A similaridade reside na separação tanto da estrutura produtiva quanto do mercado de trabalho. Assim, interessa-nos indicar como José Nun a formula. Basicamente, sua análise se esforça em evidenciar a coexistência de tempos históricos diferentes e que possuiriam suas próprias lógicas, sendo que paralelamente ao arcaico de origem colonial teria sido introduzido o sistema capitalista em sua forma monopolista.²¹

Sob essa chave interpretativa, a emergência do capital monopolista na América Latina tornara o exército industrial de reserva uma categoria insuficiente para dar conta dessa nova realidade econômica, uma vez que não seria toda a população trabalhadora que exerceria algum

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 414.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 424-425.

²¹ Nun (1969, p. 210).

tipo de pressão sobre os proletários empregados nos novos setores, monopolistas – e aqui a consideração é fundamental para a análise de Nun: o exército industrial de reserva seria uma mera fração da superpopulação relativa, havendo ainda uma outra parcela que não guardaria relações diretas com a valorização do capital monopolista, sendo, por isso, considerada sua porção marginal. Ou seja, enquanto que o exército industrial de reserva representava os trabalhadores não empregados no núcleo monopolista, mas que estavam aptos a fazê-lo, os marginais não integrariam esse grupo de trabalhadores disponíveis ao capital monopolista, fosse como reserva ou como trabalhadores ativos, o que quer dizer que não tinham nem representavam qualquer possibilidade de participar da dinâmica desse setor.

Essa interpretação estaria fundamentada na leitura que Nun faz dos *Grundrisse* e d’*O Capital*. Enquanto na primeira obra estaria inscrita uma teoria geral do materialismo histórico, *O Capital* trataria de uma teoria particular da fase competitiva do modo de produção capitalista, particularmente do “caso inglês”.²² Em todos os modos de produção haveria alguma superpopulação que seria formada pelas parcelas da população que não conseguiriam vincular-se nem aos meios de sua reprodução nem aos meios de produção de mercadorias em geral. Toda superpopulação seria a população que excederia os limites representados pela população adequada, e esse excedente seria virtual em relação ao modo de produção dominante.²³

A busca de mais-valor seria o elemento explicativo fundamental, sendo que a explicação sobre a formação do exército industrial de reserva estaria baseada na existência de uma “lei absoluta” do modo de produção capitalista, que seria a produção de mais-valor.²⁴ Resultado da concorrência intercapitalista, esta lei faria com que o movimento da acumulação de capital determinasse a variação da ocupação como sua consequência. A lógica da acumulação trataria de reduzir o número de trabalhadores e/ou o valor dos salários, a ponto de restituir a taxa de lucro e a taxa de mais-valor pretendidos. O sistema seria marcado por ciclos econômicos que requerem

²² Para Nun, op. cit., uma passagem d’*O Capital* que confirmaria a validade de sua interpretação seria a seguinte: “Para qualquer produção, é preciso que se combinem trabalhadores e meios de produção. A maneira especial em que se opera esta combinação é a que distingue as diferentes épocas econômicas pelas quais a estrutura social passou” (MARX, *O Capital*, 1956, II, p. 36. apud. NUN, 1969, p. 181).

²³ Nun, op. cit., p. 182.

²⁴ Idem., ibidem., p. 189.

uma superpopulação relativa que, por um lado, pressiona para baixo os salários nos momentos de queda e/ou estagnação da produção como, de outro, constitui uma reserva de trabalhadores pronta para ocupar as vagas que serão abertas nos momentos de expansão, constituindo-se na alavanca da acumulação de capital²⁵ Nesse sentido, o exército industrial de reserva tornar-se-ia uma das condições de existência, senão a principal, do regime capitalista de produção.

Na fase monopolista, as ‘empresas gigantescas’, imperialistas, dominariam uma das principais ferramentas na luta intercapitalista pelo maior lucro possível, que é o controle científico do desenvolvimento tecnológico.²⁶ Nesse sentido, as grandes diferenças que marcam os núcleos, afirma Nun, acabam por levar a um processo truncado, até mesmo do ponto de vista da substitutibilidade da mão de obra entre os setores e ramos monopolísticos e os demais. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que se expandia a produtividade do trabalho, não só se reduzem as possibilidades de uma simples substituição de trabalhadores uns pelos outros, como também eram criados empecilhos para a transferências de mão de obra entre os diversos ramos, visto que a especialização requerida para a adequada operação das máquinas mais modernas é encontrada apenas em número reduzido de trabalhadores. E não fosse isso bastante, o autor ainda indica que a quantidade de trabalhadores aptos a pôr em prática seus conhecimentos específicos sobre o manuseio da moderna maquinaria industrial declinaria ainda mais, considerando que lhes seriam impostos longos tempos de desocupação, durante os quais fatalmente perderiam suas capacidades específicas e, por isso, se encontrariam excluídos permanentemente das unidades produtivas tecnologicamente avançadas.²⁷

Na América Latina, ao contrário do que ocorrera nos países centrais, esses trabalhadores não teriam sua virtualidade caracterizada apenas para curtos períodos de tempo, mas também perderiam sua funcionalidade para com o processo de acumulação do núcleo hegemônico. Essas

²⁵ Id., *ibid.*, p. 195 adverte que essas duas funções do exército industrial de reserva seriam denominadas, respectivamente, indireta e direta.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 199 afirma que a emergência da grande corporação faz com que essas empresas gigantescas fixem preços para as outras formas de organizar a produção, o que modifica substancialmente a dinâmica do mercado, que antes era povoada por vários pequenos empresários. Dessa maneira, as reduções de custo significariam menos um barateamento do produto que uma elevação considerável dos lucros.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 200.

perdas fariam com que a categoria “exército industrial de reserva” já não fosse suficiente para explicar as mudanças no mercado de trabalho que emanavam da posição dominante exercida pela grande empresa, que demandava, e em caráter prolongado, um número menor de trabalhadores para um mesmo volume de produto. Desse modo, completar-se-ia o processo que faria com que parte dos trabalhadores se tornasse virtual – e é fundamental dizê-lo – em relação às organizações produtivas dominantes. Portanto, por terem ficado à margem dos setores e ramos monopolísticos hegemônicos, esses trabalhadores teriam perdido sua funcionalidade,²⁸ formando uma massa marginal que representaria a parcela afuncional/disfuncional da superpopulação relativa.²⁹ Tampouco desempenhariam – e aqui reside a essência do argumento de José Nun – suas funções direta e indireta em relação aos setores monopolísticos. Em suma, a massa marginal corresponderia à superpopulação dos setores e ramos produtivos considerados competitivos, e o exército industrial de reserva corresponderia, como reserva, apenas aos setores e ramos do capital hegemônico.³⁰

2.2 Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick

Ainda que não utilize textualmente o termo *marginalidade social*, Francisco de Oliveira assume um posicionamento bastante claro nesse debate, assim como é evidente os interlocutores com os quais dialoga. Em sua *Crítica à razão dualista*, que tem como alvo a CEPAL e todos as demais análises que teriam dado mais ênfase às assimetrias do comércio internacional do que à dominação interna.³¹ Dessa maneira, a comissão teria cumprido o papel ideológico de

²⁸ Id., *ibid.*, p. 182-184. Para uma crítica dessa abordagem de Nun, ver Cardoso (1971), onde estão indicados os elementos da teoria marxiana que invalidam essa segmentação.

²⁹ Nun, *op. cit.*, p. 226.

³⁰ Ainda que a interpretação de Nun, *op. cit.*, tenha sofrido duras críticas, a mesma foi refinada por Souza (1980; 1999), que conferiu maior fluidez ao mercado de trabalho, ainda que fosse mantida a diferenciação entre exército industrial de reserva e superpopulação relativa. Todavia, entendemos que estes últimos trabalhos, influenciados por Tavares e Serra (1971), Mello (1975), Belluzzo (1978), Serra (1978), não conduzem o pensamento para além das porfias intercapitalistas, negligenciando a dominação burguesa e a luta de classes como fundamento do movimento social e econômico, o que é tanto mais grave, como veremos, adiante, por subestimar a influência do conflito agrário na evolução do capitalismo no Brasil. A extensão dessas análises pode ser apreciada também em Tavares e Souza (1981) e Tavares (1981).

³¹ Ainda que a crítica fosse direcionada sobretudo à CEPAL, Oliveira afirma que outros autores teriam negligenciado ainda mais a luta de classes como motor do processo de exclusão social. “não deram importância

escamotear do debate desenvolvimentista as questões que deixariam expostos os interesses internos, tendo se tornado, então, a face teórica do “populismo”, uma vez que teria desviado a atenção daquilo que justamente se pretendia esconder, a luta de classes.³²

Eram necessárias inúmeras medidas para consolidar a transformação de uma economia de base agrária, e a questão que nos interessa mais diretamente seriam exatamente as conexões entre a transposição de um enorme contingente populacional que foi obrigada pelo avanço das culturas comerciais a deixar o campo e migrar para os centros urbanos do país. A industrialização requisitava a formação de uma massa de proletários urbanos que atuasse como um enorme exército de reserva, o que propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial.³³ A chegada de uma massa de trabalhadores, portanto, não deveria ser recebida sem maiores atenções do Estado, que garantiria que a acumulação de capital ocorresse sem maiores entraves. Para orientar a acumulação e tornar a empresa industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia foi necessário regulamentar o trabalho, intervir no “problema agrário” e fornecer subsídios que barateassem o custo do capital.

A expansão da fronteira agrícola, beneficiada pela abertura de estradas promovida pelo Estado, favorecia a ampliação do exército industrial de reserva, eram preservadas as formas arcaicas de produção e associadas ao latifúndio, com o que as possibilidades de elevação do preço da força de trabalho ocupada nas cidades sofriam um duplo ataque.³⁴ Enquanto o primeiro desses elementos concorria para elevar a competição no mercado de trabalho, o segundo mantém baixos os preços de alimentos e matérias primas que chegam às cidades e que compõem, respectivamente, parte importante dos custos de reprodução da força de trabalho e das empresas capitalistas.

devida à luta de classe e caíram num economicismo reducionista. [...] eles retiram toda a importância da transformação do conflito social em conflito político [...]. A Maria da Conceição Tavares e o Serra falam da crise de 1963-64 como o esgotamento de um pacote de investimentos. A sequência da ditadura mostrou precisamente que não se tratava de esgotamento” (MANTEGA & REGO, p. 109, 1999).

³² Oliveira (2003, p. 145).

³³ Idem., *ibidem.*, p. 35-38. Ainda que já tenha sido indicado anteriormente, neste momento é importante afirmar que Oliveira (2003) não distingue as categorias exército industrial de reserva e superpopulação relativa

³⁴ Id., *ibidem.*, p. 43-44.

Não haveria, portanto, oposição entre o moderno e o arcaico, como sugeria a CEPAL, mas, na verdade, uma complementação necessária para a sobrevivência do subdesenvolvimento, que nada mais seria do que a expansão de uma economia capitalista e articulada a partir de dentro. Todavia, a expansão da economia capitalista no Brasil possui algumas especificidades que a determinam, que permitem a acomodação do “velho” e do “novo”, sendo a evolução da relação entre trabalhadores e patrões uma de suas principais singularidades. Mais especificamente, a transição de uma economia baseada no trabalho escravo para o trabalho livre não foi feita sem que suas marcas se pudessem fazer sentir no período seguinte, quando essa conflitiva unidade de opostos toma novas formas sem alterar sua essência.³⁵ A grande quantidade de trabalhadores reserva, majoritariamente oriundos do campo, teria criado as condições para que a exploração do trabalho continuasse a ser grandemente balizada pelos parâmetros que aludem à escravidão, o que é tanto mais grave e acentuado devido ao fato de ter sido uma transição distendida no tempo, diluindo a percepção de que muito daquele padrão de exploração do trabalho ia sendo mantido nos tempos em que o trabalho assalariado passava a ser predominante.

A abundante oferta de trabalho que se formava nas grandes cidades brasileiras, indissociável das relações sociais na qual fora moldada e que, em grande medida, eram reproduzidas nesse novo ambiente, era utilizada pelas grandes empresas de modo a que não representassem maiores custos internos, o que concorreu para levar os serviços industriais para fora de suas unidades produtivas. Descapitalizado, o crescimento do setor de serviços ocorria de modo horizontal, sendo que a ausência de incentivos e de políticas de crédito prolongaram este estado de coisas, evidenciando, mais uma vez, a interferência do Estado para o prolongamento de um padrão de acumulação baseado na desigualdade de renda. Analogamente, o setor terciário e o setor de serviços pessoais, supostamente “inchado”, servia indiretamente à acumulação de capital, uma vez que o baixo custo dessa mão de obra barateava os custos da força de trabalho dos ocupados nas formas capitalistas de organizar a produção. Ou seja, o baixo preço dos serviços urbanos torna possível o pagamento de baixos salários no setor capitalista, caracterizando um dado padrão de apropriação do trabalho alienado. Como afirmara Oliveira,

³⁵ Id., *ibid.*, p. 65-66.

“*longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, [os serviços urbanos e de consumo pessoal] são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda*”.³⁶

Exatamente por essa razão, Oliveira refuta a ideia de que o terciário seria um setor ‘inchado’. A indústria se vale de um terciário descapitalizado e remunerado a preços muito baixos, sendo os serviços pessoais oferecidos aos trabalhadores de baixa renda o resultado de uma formação econômico-social extremamente excludente, como ainda hoje o comprovam o comércio de ambulantes nos faróis e outros pontos das cidades.³⁷ A indústria brasileira era incapaz de transpor para a geração de emprego a mesma importância que tinha na participação do PIB.³⁸ Isso ocorria não somente pelo aproveitamento da grande oferta de mão de obra como também pelo uso de uma tecnologia desenvolvida nos países industrializados, que permitia ao capitalista brasileiro usá-la mesmo antes que ocorresse um aumento no preço da força de trabalho.³⁹

Em suma, Oliveira põe em primeiro plano a dominação interna como o motor das contradições nas sociedades subdesenvolvidas. Seria a partir de suas próprias relações sociais, sem negligenciar, porém, a dependência externa e suas conexões com a formação social e econômica dos países periféricos, que o autor evidencia a existência de apenas uma população “sobrante” no mercado de trabalho, que seria exatamente o exército industrial de reserva. Porém, Oliveira não destaca a singularidade dessa população na América Latina, cuja diferença em

³⁶ Id., *ibid.*, 58.

³⁷ Nos dias atuais, a superexploração do trabalho foi sofisticada, ainda que sua racionalidade permaneça basicamente intacta. Operada nas relações de produção do operário da fábrica ou do carroleiro que vende frutas ou DVDs ‘piratas’ no centro da cidade, Oliveira, *op. cit.*, p. 140, aponta a intensificação da superexploração do trabalho e o crescimento da assimetria entre evolução dos salários reais e produtividade do trabalho. Essa relação chegou ao paroxismo, a ponto de o avanço tecnológico permitir que o *just-in-time* aumente a produtividade de vendedores de bebidas que ficam nas portas dos estádios, que nada têm para oferecer e receber do capital além de sua miséria e seu suor.

³⁸ Id., *ibid.*, p. 63-67.

³⁹ Id., *ibid.*, p. 76-77; 82. De modo a confirmar suas posições reformistas, expressas de forma mais clara em Oliveira & Mazzucchelli (1977), Oliveira (2003, p. 135) afirma que acreditava que a economia brasileira, ao final dos anos 1970, teria se mostrado capaz de formalizar completamente as relações salariais.

relação aos países hoje considerados desenvolvidos foi lapidarmente expressa por Hobsbawm.⁴⁰ Posteriormente, uma análise que destaca a especificidade latino-americana é a de Kowarick, para quem a existência dessa marginalidade social deve ser compreendida dentro de uma análise das relações sociais de produção típicas de formações dependentes e subdesenvolvidas, onde devem ser enfatizadas conceitos como “contradição”, “conflito” e “dominação”.⁴¹

Nesse sentido, o autor afirma que seria um equívoco entender a marginalidade como uma falta de participação nas estruturas sociais,⁴² visto que tal entendimento não só admite que as estruturas sociais teriam a função de integrar os marginalizados de modo a ajustar os desajustes causados pela sociedade moderna, como também traz implícita a ideia de que as estruturas sociais possibilitam integração, escondendo o fato de que essas mesmas estruturas são parte constitutiva e ativa dos processos de marginalização. É então que sua proposta caminha no sentido de indicar que a marginalidade não representaria uma disfunção. Pelo contrário, seria uma contradição,⁴³ evidenciando que “numa sociedade de classes a oportunidade de obter recursos raros não se distribui ao acaso”.⁴⁴ A teoria da marginalidade, portanto, deveria ser equacionada ao nível das relações de produção, sendo “um modo de inserção nas estruturas de produção”.⁴⁵ Dessa maneira, os grupos marginais seriam aqueles cuja situação decorreria das contradições mais básicas e essenciais, as quais derivariam das idiosincrasias da acumulação capitalista em economias dependentes e monopolistas.⁴⁶ O problema central consistiria, então,

⁴⁰ Explicitaremos a proposição comparativa de Hobsbawm (1969) em duas frases: “A ‘marginalidade’ é algo familiar ao historiador dos países desenvolvidos, mas como um fenômeno transitório, não permanente.” (p. 238) e “a industrialização do século XIX tinha um mecanismo automático de absorção de mão de obra não qualificada na economia industrial. Não acontece o mesmo com a tecnologia do século XX. [...] Toda vez que um país atrasado desenvolve indústrias sujeitas a competição estrangeira, ou de firmas correspondentes às economias avançadas ou que operam com sua tecnologia, está obrigado a adotar dita tecnologia, seja ou não desejável socialmente. Já não se pode esperar que o processo de industrialização por si só absorva a marginalidade social gerada pela desintegração da antiga sociedade.” (p. 242).

⁴¹ Kowarick (1977, p. 13-18).

⁴² Idem., *ibidem*, p. 41.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 55.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 32.

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 19.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 20.

em verificar como a força de trabalho é integrada ao processo produtivo, na medida em que o capitalismo se expande, penetra e domina os diversos setores da economia, inclusive no campo.

A intensificação do processo industrial em uma economia dependente e subdesenvolvida liberaria das atividades arcaicas tradicionais uma quantidade grande de trabalhadores, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, que passariam a ocupar postos de trabalho de atividades novas e também arcaicas, como as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação e manutenção e os empregos domésticos remunerados, que se encontrariam predominantemente no setor terciário. Todavia, a renovação dessas relações de produção não levaria a um desaparecimento das formas mais antigas de arcaísmo, o que de maneira alguma poderia caracterizar duas estruturas nem dois mercados de trabalho. O que ocorreria, na verdade, seria uma superposição sem que o antigo fosse eliminado – em termos sintéticos, pode-se dizer que houve um processo de supressão. Nesse caso, as formas de produção econômica constituir-se-iam como partes integrantes de um único processo de acumulação, lembrando que as estruturas que concorrem para o processo de industrialização liderado pelos setores e ramos hegemônicos e monopolistas não estão dissociadas nem deixam de ser favorecidas pela existência de formas pouco desenvolvidas de organizar a produção. Tais formas, marginais, encontradas em todos os setores, se reproduzem igualmente no mercado.⁴⁷ Nesse sentido, é possível dizer que o processo de acumulação capitalista, sob a liderança da indústria (de transformação), recorre a diferentes tipos de relação de produção que correspondem a diferentes tipos de inserção no sistema produtivo, que se poderiam dividir simplificada e em não-marginais e marginais.⁴⁸ As formas de organizar a produção que visam à obtenção de mais-valor e que oferecem condições mais estruturadas de trabalho e remuneração combinam-se às formas não tipicamente capitalistas de organizar a produção,⁴⁹ de modo a caracterizar o tipo próprio de acumulação capitalista na América Latina e com ele colaborar. Ademais, desde a

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 60-61; 104-105.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 60-61; 84-85.

⁴⁹ Segundo Kowarick, *op. cit.*, p. 61; 84, as atividades consideradas não tipicamente capitalistas seriam o artesanato, a indústria em domicílio, os empregados domésticos remunerados e trabalhadores que participam apenas de modo intermitente em organizações tipicamente capitalistas, de acordo com a movimentação cíclica da economia. Já as atividades tipicamente capitalistas encontrar-se-iam nas organizações institucionalizadas como empresas.

década de 1960 as mulheres vinham apresentando uma penetração muito maior no mercado de trabalho do que anteriormente,⁵⁰ tendo muitas vezes sido absorvidas em ocupações marginais que se avolumavam expressivamente, o que aproximaria as funções dos marginais às de um típico exército industrial de reserva.

Estes tipos de trabalho não são apenas *constantemente fecundados pelo sistema capitalista* como também estão a *ele estruturalmente articulados*. É com estes cuidados que se pode usar o conceito de marginalidade para definir tais trabalhadores, ainda mais quando se tem em conta que [...] guardam uma estreita aderência ao ciclo expansivo do capital, aparecendo no cenário econômico enquanto uma categoria classicamente definida como ‘exército industrial de reserva’.⁵¹

Não se poderia nunca afirmar que parte significativa da população excedente perderia, em relação ao setor hegemônico, seu papel de redutor de salários, bem como deixaria de servir como reserva nos momentos de expansão. Tampouco se poderia afirmar que a ‘reserva’ dos setores monopolistas perderia sua capacidade de pressionar os salários – tanto para cima quanto para baixo – por conta de a revolução técnico-científica ter se encarregado de ‘autonomizar’ as forças produtivas.⁵² No capitalismo monopolista, o exército industrial de reserva continuaria a desempenhar suas ‘funções’ em relação ao capital, e alguns dados apontariam exatamente isso: que a remuneração dos trabalhadores qualificados depende, sim, do exército de reserva, ao menos indiretamente.⁵³

mesmo se admitirmos essa hipótese – errônea no nosso entender – de que a ‘dinâmica’ do exército industrial de reserva não mais afeta o setor monopolista, indiretamente, este usufrui de tal ‘dinâmica’ através da transferência dos valores agregados pela indústria competitiva, cuja acumulação implica na organização

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 166.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 83-84, grifos nossos.

⁵² Id., *ibid.*, p. 111-112. Aqui, o autor se contrapõe diretamente a Nun, *op. cit.*

⁵³ Kowarick, *op. cit.*, p. 115-117.

dos fatores produtivos onde a remuneração do trabalho tem um papel ponderável.⁵⁴

Ademais, não são as escalas superiores de salários que determinam as inferiores. O inverso parece ser o verdadeiro.⁵⁵

A isso, soma-se o fato de que a mão de obra especializada não seria tão rara, tampouco de tão difícil substituição, dado que sua formação não seria deveras complicada nem demorada, e muitas tarefas seriam de fácil execução, o que inviabilizaria uma distinção rígida das estruturas produtiva e ocupacional que estivesse pautada pelas diferenças entre as formas de organizar a produção.⁵⁶

3. Heterogeneidade estrutural, emprego e subemprego

Passada a exposição do debate sobre a marginalidade social, necessária à compreensão da categoria subemprego, faz-se necessária a apresentação do conceito de *heterogeneidade estrutural*, uma vez que este também subsidia fortemente a construção dessa categoria cuja trajetória nos propomos a evidenciar. Mas não apenas isso. Em razão do conceito marginalidade social ser largamente utilizado por Aníbal Pinto, fez-se necessária uma prévia apresentação do debate sobre a marginalidade social para que o leitor não caísse em algumas armadilhas que o termo suscita, uma vez que sua utilização já se tornou corriqueira e desprovida do devido rigor. Ou seja, entendemos ter sido necessário situar com maior clareza o conceito de marginalidade social para evitar que a exposição da análise de Aníbal Pinto posicionasse o leitor precavido em uma dualidade que entendemos não ser a chave de leitura mais adequada para a interpretação dos problemas que acometem o subdesenvolvimento na América Latina.

Para tanto, examinaremos primeiramente a contribuição de Aníbal Pinto sobre a heterogeneidade estrutural no sentido de preparar a leitura de Octavio Rodríguez, que elabora a

⁵⁴ Idem., *ibidem.*, p. 122-123.

⁵⁵ Id., *ibidem.*, p. 118.

⁵⁶ Id., *ibidem.*, p. 153.

apresentação de subemprego. Enquanto o primeiro apresenta um breve panorama do processo de industrialização na América Latina, fornecendo algumas informações específicas sobre o Brasil, que a partir dos anos 1950 aprofundou o desnível entre o setor moderno e o arcaico, o segundo observa os impactos do êxodo rural sobre as ocupações e a distribuição de renda no mercado de trabalho urbano nacional, evidenciando o subemprego como categoria típica de estruturas do subdesenvolvimento.

3.1 Aníbal Pinto

Dentre as economias latino-americanas, a brasileira foi a que mais se afastou do modelo dual em que o complexo exportador apresentava uma produtividade muitas vezes superior à do restante da estrutura produtiva. Segundo Aníbal Pinto, o Estado nacional teria conquistado algum grau de independência, fazendo que a industrialização dos anos cinquenta e sessenta levasse ao surgimento e fortalecimento de um setor não exportador modernizado e capitalista, com alto grau de produtividade do trabalho, superior à média de alguns ramos do complexo exportador, o que só foi possível graças à existência de ramos de bens intermediários e bens de capital.⁵⁷ Todavia, o esforço substitutivo não conduziu a uma estrutura produtiva homogeneizada, assim como tampouco o era a estrutura ocupacional, como o comprova a sempre expressiva participação dos trabalhadores marginais no mercado de trabalho.⁵⁸ Pelo contrário, a dependência é aprofundada, inviabilizando qualquer possibilidade de aceleração, consolidação ou autossustentação de uma certa tendência à homogeneização esboçada ao longo dos anos de 1950 e 1970.⁵⁹

Ainda que na segunda fase o tamanho do mercado interno já fosse considerável, a grande maioria dos consumidores tinha a seu alcance uma gama reduzida de bens, costumeiramente limitada aos bens de consumo não duráveis, cuja expansão continuava a ocorrer naquele segundo momento do processo substitutivo. Já a expansão dos setores de bens de consumo duráveis tende a estar restrita às parcelas privilegiadas da população, tornando ainda maior o descompasso entre

⁵⁷ A presença de bens de capital provém da segunda fase substituidora de importações, que é justamente a do período 1950-1970. A primeira fase percorre os anos 1930 e 1940.

⁵⁸ Para o autor, as massas marginais cumpriram “funções e possibilidades que se assemelham mais às de um ‘exército industrial de reserva’.” (p. 53).

⁵⁹ Pinto (1976, p. 45-49).

o nível médio da renda e os preços elevados de bens como o automóvel, a geladeira, etc. Os novos produtos, de modo geral, eram adquiridos apenas pelas camadas mais abastadas, que não raro recorriam a mecanismos de créditos desenhados precisamente para inflar o consumo dessas mercadorias, evidenciando uma coordenação que garantiria a realização de bens de consumo a preços elevados através da manutenção de uma distribuição de renda bastante desigual.⁶⁰

A continuação do modelo substitutivo, segundo o autor, exige em algum grau a concentração de renda e diversificação de indústrias; ao mesmo tempo, opta-se pela manutenção do setor exportador como fonte principal para arrecadar divisas, incapaz de financiar a fase “difícil” da industrialização por substituição de importações-ISI.⁶¹

Naquele momento, a economia nacional passaria a gravitar em torno de um novo setor dinâmico, as atividades direta e indiretamente ligadas à produção de bens duráveis e “pesados”, o que não seria realizado sem que os interesses predominantes dos setores agrários fossem, em alguma medida, mitigados. Seria necessário desenvolver mecanismos econômicos que superassem a carência de recursos líquidos, o que levaria ou à tomada de empréstimos ou à atração de investimentos diretos externo-IDE – essa segunda possibilidade foi a que predominou.

Dado esse encadeamento de fatos, cria-se uma situação em que a instalação dos setores dinâmicos não poderia ser de outra forma que não a promovida por empresas transnacionais em detrimento de um projeto que submetia o desenvolvimento industrial aos interesses nacionalistas, como ocorrera na primeira fase da ISI, quando a montagem das indústrias representou, todavia, um custo interno inferior. A segunda fase, além de implicar maiores custos de importação, trouxe novas obrigações financeiras, como o pagamento de serviços derivados do uso de tecnologia de propriedade estrangeira, levando a uma situação de progressivo endividamento externo, visto que o desenrolar do processo exigia investimentos crescentemente intensivos em capital. Nesse bojo, houve um aprofundamento da “estrangeirização” da área dinâmica da estrutura produtiva que levou a dependência tecnológica da indústria brasileira a um patamar superior, estabelecendo um vínculo constante e de necessário endividamento de uma industrialização liderada por empresas

⁶⁰ Idem., *ibidem.*, p. 74-75.

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 67-69.

sediadas em outros países. Como saída parcial para tal restrição, esse capital foi reinvestido internamente em suas próprias atividades ou em setores tradicionais como as indústrias têxteis, de bebidas, etc., o que contribuiu para aumentar a participação do capital estrangeiro não apenas – mas, sobretudo – nos setores estratégicos. Ou seja, os laços de dependência enredavam uma parcela cada vez maior da economia brasileira.

As relações criadas pela nova situação entre o país e o exterior, que remetia a pressões sobre a balança de pagamentos, contribuía para uma crescente alienação dos centros de decisão, uma vez que o investimento estrangeiro não estabelecia nexos com a construção de uma base exportadora. Não obstante este desafio “externo” colocado aos nacional desenvolvimentistas, somavam-se as forças internas que reivindicavam a manutenção do setor primário-exportador como principal meio de obter divisas, que tampouco eram suficientes para o financiamento das importações, levando a um crescente e contínuo endividamento. Assim, e contrariamente ao que afirmara Tavares, como destacado no capítulo anterior, Pinto adverte para a incompatibilidade entre os interesses sociais da nação e os interesses empresariais internos e externos.

Paralelamente ao aumento da participação das empresas transnacionais na atividade produtiva e de consumo de bens duráveis pelas camadas privilegiadas da sociedade, a renda do trabalho passava por um processo de concentração, o que não pode ser considerado um acidente de percurso. Para tanto, é preciso explicitar como o desenvolvimento industrial e a concentração de renda se conectam no nível global da economia, o que significa observar sua influência nos setores primário, secundário e terciário.

A formação da nova estrutura produtiva, ao influenciar a organização da produção urbana e rural, interagiu organicamente com o adensamento do mercado de trabalho urbano. A tecnificação do campo, resultante de máquinas, equipamentos e melhoramentos químicos oriundos das modernas indústrias instaladas a partir dos anos 1950, quando se intensifica a migração, redundou no aumento da participação do setor terciário na estrutura ocupacional, o que pode ser denominado uma primeira etapa da terciarização, que prevaleceria nos anos posteriores. Como consequência, houve uma expressiva expulsão de trabalhadores rurais, o que poderia ter

sido dirimido se a novas possibilidades de investimento no setor secundário não houvessem reduzido a atratividade das inversões na agropecuária. Mas não apenas de trabalhadores vindos do campo era composto o mercado de trabalho urbano das grandes cidades. As economias externas e de aglomeração, que proporcionavam redução de custos e concentravam espacial e regionalmente a indústria de transformação, reduziam as oportunidades de emprego nas demais localidades urbanas do país, de onde proveio a maioria das pessoas atraídas aos grandes centros urbanos. À míngua de investimentos, as regiões onde não estão localizados os setores tecnologicamente desenvolvidos e as zonas rurais são transformados em grandes dispersores de mão de obra.⁶²

Como resultado, houve aumento da oferta de trabalho a um nível mais elevado do que o era a demanda de trabalho nos grandes centros urbanos e industriais, a despeito de a demanda de trabalho das cadeias industriais dos bens duráveis e “pesados” não se distinguirem pela mesquinhez. A grande concorrência no mercado de trabalho, que passou a abrigar uma ampla e crescente camada de marginalizados, favorecia a permanência de salários baixos – como observamos anteriormente, os salários das indústrias tradicionais se mostravam compatíveis apenas para a aquisição de uma parcela restrita de bens não duráveis, o que comprova que a média de salários daquela economia era já muito baixa. A insuficiência do setor dinâmico perante o volume de trabalhadores que era incorporado ao meio urbano demonstrava sua incapacidade para ampliar seu mercado. O consumo de seus trabalhadores, que permaneceria grandemente restrito aos bens das indústrias tradicionais, era acrescido pelos serviços oferecidos por muitos daqueles que não encontravam emprego regular nos setores mais organizados e estruturados, como as indústrias dinâmica e tradicional, sobrevivendo nos interstícios do mercado de trabalho. A impossibilidade de encontrar uma ocupação nos setores tradicionais ou modernos leva muitos trabalhadores a recorrerem aos setores tipicamente marginais na estrutura ocupacional: é o caso dos serviços, no qual é maior a sua concentração, e do artesanato,

⁶² Id., *ibid.*, p. 74-76. Como veremos, a posição relativa à origem da maioria dos migrantes difere da posição de Octávio Rodríguez (1985).

caracterizando uma piora da heterogeneidade estrutural,⁶³ o que pode ser caracterizada por um aumento na disparidade das estruturas produtiva e ocupacional, conservadas no processo de modernização pela influência das estruturas políticas e econômicas de dominação. Em termos técnicos, poder-se-ia afirmar que a heterogeneidade estrutural é caracterizada pela coexistência de unidades produtivas de alta e de baixa produtividade em um mesmo setor, esteja este localizado em uma atividade agrícola ou não-agrícola. Nesse sentido, a população ocupada nas atividades de baixa produtividade seria identificada como marginalizada do avanço de um “polo moderno” que não engendra a homogeneização da estrutura produtiva nem da estrutura ocupacional.⁶⁴ Não obstante, o autor ainda indica que haveria uma crescente dependência tecnológica e financeira do exterior, o que, no mínimo, preservaria as condições estruturais que produzem uma massa de marginalizados.

3.2 Octavio Rodríguez

A forma que toma a organização da produção de bens determina o perfil do emprego e do subemprego, tanto no campo quanto nas cidades, sendo que estes movimentos se conjugam sob a forma de intercâmbio comercial e fluxos demográficos. As dinâmicas da produção e da migração populacional, entrelaçadas e combinadas, modificam o perfil da ocupação e da distribuição de renda a cada novo momento do desenvolvimento capitalista. A modernização da economia, e não apenas da indústria de transformação, altera a sua capacidade de absorção de trabalho, uma vez que a tecnificação da produção agrícola e da indústria de transformação exigem uma menor quantidade de mão de obra. Assim como há a chegada de empresas que produzem carros e ônibus para transportar os trabalhadores, são também implantadas fábricas de tratores que aumentam a produtividade da agricultura capitalista. No mesmo sentido, as indústrias químicas cumprem seu papel ao produzirem adubos e fertilizantes mais eficazes, reduzindo o número de trabalhadores para produzir uma mesma quantidade de alimentos.⁶⁵ No trabalho agrícola, essa

⁶³ Pinto, op. cit., p. 51-52.

⁶⁴ Id., ibid., p. 49. Sobre a marginalização, o autor afirma que a mesma ocorre em três níveis: social, econômico e regional.

⁶⁵ Rodríguez (1985, p. 63).

transformação, associada à expansão da área de cultivo, expulsa muitos trabalhadores para o meio urbano, onde a absorção dessa demanda adicional de trabalho dependerá da taxa de expansão das atividades não-agrícolas e de outros condicionantes, como o nível prévio de desemprego e subemprego, que nada mais é do que o trabalho caracterizado pela baixa produtividade, disseminado e perpetuado nas atividades atrasadas das economias subdesenvolvidas como expressão da rigidez das estruturas de dominação e da dependência externa, que sustenta suas fragilidades financeiras e tecnológicas.

Nesse sentido, Rodríguez delinea como elemento central de sua análise sobre o caráter do subemprego a dinâmica da economia rural, sendo que a tecnificação da agricultura, que fomentava a expansão de grandes propriedades monocultoras, sobretudo porque combinada ao apoio da política agrícola,⁶⁶ trouxe uma mudança fundamental nas relações de trabalho no campo, tendo desagregado a já frágil agricultura atrasada. Muitos dos antigos parceiros foram impelidos à proletarização. Em São Paulo, por exemplo, a valorização das terras próximas a rodovias e/ou a centros urbanos levou, com o apoio do Estado, à expansão do plantio de culturas comerciais a áreas que antes eram ocupadas para a subsistência dos colonos, remanescentes e herdeiros do colonato implantado nas fazendas de café no final do século XIX. Restando-lhes apenas a remuneração monetária, insuficiente para atender suas necessidades antes supridas por seus roçados, os trabalhadores rurais foram prejudicados, redundando no surgimento de trabalhadores volantes, os boias-frias, assalariados típicos.⁶⁷ Em suma, é legitimada a concentração de terras e consolidada a estrutura fundiária prévia, evidenciando o papel fundamental que cumpre o Estado e a estrutura fundiária na explicação tanto do expressivo nível de subemprego como de sua reposição.⁶⁸

A desagregação da agricultura atrasada e a respectiva proletarização da população inserida em uma estrutura fundiária previamente concentrada representou uma piora das

⁶⁶ Ainda que Rodríguez, op. cit. trabalhe com as diferenças entre o agrícola e o agrário, uma análise que expõe com mais clareza esta distinção, assim como suas relações com a luta de classes no Brasil, é a de Szmrecsányi (1998).

⁶⁷ Rodríguez, op. cit., 40-41.

⁶⁸ Idem., ibidem., p. 73. Diferentemente de Pinto (1976), como já assinalado, Rodríguez ressalta a alteração demográfica no campo como o principal motivo da formação de um volumoso mercado de trabalho com grande presença de subempregados ou, de outro modo, marginalizados.

condições de vida e trabalho nas zonas rurais. Não suficiente, os subempregados abandonaram suas vidas no campo para tentarem a sorte na cidade, o que, muitas vezes, redundou apenas no traslado do local do subemprego, que apresentaria uma tendência a se urbanizar. Nesse sentido, observa-se que tal alteração claramente interferiu no comportamento dos salários urbanos e da distribuição de renda, expressão das mudanças nas estruturas de produção e ocupação em um período de grande e acelerado desenvolvimento capitalista.

O mundo rural joga, portanto, um papel particularmente importante na configuração das novas formas que assume o subemprego agrícola e urbano. Como a volumosa população do campo ainda estava majoritária e predominantemente ocupada nas atividades de baixa produtividade, os processos de modernização da agricultura e de urbanização culminaram na formação de cidades densamente povoadas. A liberação desse amplo contingente de trabalhadores nutriu o subemprego urbano, exercendo uma pressão contínua sobre os salários reais, que cresceram em um ritmo menor que o da produtividade e da ocupação, contribuindo para a concentração da distribuição pessoal e funcional da renda. Respectivamente, aumentava a disparidade salarial e a diferença entre as parcelas da renda nacional que cabiam ao trabalho e ao capital. Assim, quando afirmamos que houve uma piora da distribuição funcional da renda, indicamos que a participação dos salários na renda nacional diminuiu.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a heterogeneidade estrutural é analisada pela forma que assume a composição entre emprego e subemprego, sendo a existência deste definida basicamente em função de três elementos. Primeiramente, são atividades com produtividade muito reduzida, que seria a diferença fundamental dessa modalidade de ocupação com relação ao emprego. Em segundo, sua participação no total das ocupações é alta. Em terceiro lugar, o subemprego é caracterizado pelo seu prolongamento temporal, sendo possível encontrá-lo como elemento marcante da estrutura ocupacional brasileira em todos os momentos.⁶⁹

Para Rodríguez, e ao contrário do que se costuma afirmar, a longa duração do subemprego na estrutura ocupacional dos países periféricos não derivaria da modernização da indústria conjugada ao crescimento da população urbana. Esse pensamento entende que o ritmo

⁶⁹ Rodríguez, op. cit., p. 63-64.

de acumulação das atividades econômicas e as técnicas das quais se valem impedem que a taxa de crescimento do emprego nos setores modernos seja maior que a da oferta global de trabalho, o que redundaria no aumento do subemprego. No entanto, para Rodríguez, a explicação é outra. Em vez de salientar a incapacidade de absorção dos setores modernos, o autor destaca, primeiramente, o elevado nível do subemprego no início do período analisado, sobretudo no campo, de onde migraria parcela considerável da força de trabalho que integraria o mercado de trabalho urbano nos anos de forte crescimento do produto. Nos anos 1950 e 1960, quando a economia consolidava alguns setores industriais importantes e exibia um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, a expulsão de trabalhadores rurais, dos quais quase 8,5 milhões eram subempregados, é intensificada. A agricultura de subsistência, cada vez menos suficiente para o abastecimento básico da família rural, era incapaz de reter mão de obra, transformando-se em um reservatório de mão de obra para as atividades urbanas, na qual, muito frequentemente, tornavam-se subempregados, a despeito da enorme demanda de trabalho proveniente dos setores mais avançados e de outros a ele mais diretamente encadeados.⁷⁰

A enorme capacidade de absorção das atividades modernas implica que tais atividades geram uma demanda adicional de mão-de-obra superior ao de sua própria oferta adicional (excesso de demanda). Por sua vez, a incapacidade de absorção da agricultura atrasada implica que ela origina incrementos de oferta maiores que sua própria demanda (excesso de oferta). Durante certo tempo, esses excedentes de oferta superam, em termos absolutos, os excedentes de demanda das atividades modernas. Essa diferença forçosamente aumentará o subemprego urbano. Isso significa que as atividades não-agrícolas de baixa produtividade absorverão, durante um tempo, antes mencionado, todos os incrementos de oferta que elas geram e, ademais, uma parte dos excedentes de oferta originados na agricultura atrasada, e, por fim, as magnitudes absolutas e relativas do subemprego urbano que são acrescidos.⁷¹

⁷⁰ Idem., *ibidem.*, p. 69-74.

⁷¹ Id., *ibidem.*, p. 70.

A resistência à queda do subemprego derivaria, em grande medida, da heterogeneidade do passado, expressa sob a forma de elevada magnitude inicial do subemprego e de constante reposição de oferta de trabalho vinda do campo. O processo de modernização da economia geraria, vagarosa mas persistentemente, uma nova composição da ocupação ao final dos processos de industrialização e urbanização. Se antes o número de subempregados rurais era muitas vezes superior ao do subemprego urbano, no Brasil, ao final da década de setenta, haveria uma equivalência.

O padrão de industrialização proporcionou a concentração e um acréscimo considerável do número de operários direcionados tanto às atividades de alta como de baixa produtividade. Nessas unidades, o salário típico é o chamado *salário base*, ainda que este seja encontrado em grande número no setor moderno da economia, pois aí também são requisitados serviços que exigem baixa qualificação. Esse salário, que é fortemente determinado pela abundância de trabalhadores dispostos a executarem-no, é muito baixo. Seu valor só não seria menor porque o aumento do poder de barganha das organizações sindicais alavancaria a sua elevação, ainda que sua presença não seja suficiente para fazer com que o salário real médio não acompanhe o crescimento da produtividade. E de forma indireta, a ação sindical que consegue elevar o salário de base influi sobre as outras remunerações, inclusive nas dos subempregados, cujas remunerações foram incrementadas no período 1960-1980.

A forma residual com que essas remunerações são elevadas e a grande proporção de subempregados no meio urbano consubstancia-se em uma parcela significativa da explicação da piora da distribuição pessoal de renda. Outra parte, por sua vez, está na elevação mais acelerada dos salários pagos aos trabalhadores com qualificação intermediária e elevada, o que, segundo Rodríguez, ocorreu devido ao maior dinamismo de sua demanda e à menor pressão da oferta.

De modo geral, as remunerações do trabalho que não conseguem uma elevação mais substancial esbarram, direta ou indiretamente, no excesso da oferta. O crescimento do salário real

médio está, portanto, subordinado ao salário de base, devido à elevada ponderação da mão de obra que recebe essa remuneração dentre o total de assalariados.⁷²

4. Conclusão

O caminho percorrido pelo pensamento latino-americano até chegar de forma acabada à categoria subemprego necessitou, primeiramente, que o debate sobre a marginalidade social descortinasse as relações sociais de produção que estavam por detrás das relações comerciais entre o centro e a periferia. Em suma, o segundo grupo precisou evidenciar que o subdesenvolvimento era a forma que assumia do modo de produção capitalista em países de origem colonial e que foram tutelados em sua transição – em outros termos, queremos dizer que a passagem de uma economia colonial ao subdesenvolvimento foi intermediada pela formação de um capitalismo dependente e articulado internamente por uma burguesia que preservou a escravidão até 1888. Ou seja, é fundamental para entendermos a singularidade latino-americana, e a brasileira em particular, que estas sociedades são movidas por um tipo particular de contradição entre capital e trabalho que moldou um dado padrão de luta de classes e de apropriação do excedente econômico, o que, por sua vez, é essencial para entendermos a dinâmica de reprodução social e de acumulação de capital nesses países.

Ademais, as contribuições de Cardoso (1971), Oliveira (2003) e Kowarick (1975) eliminaram de forma definitiva os argumentos de caráter funcionalista que orientavam a rigidez da divisão social e econômica que caracteriza as análises de Quijano (1974; 1978) e Nun (1971). De tal modo, foram esclarecidos os mecanismos estruturais que operam a segregação social, o que corroboraria a análise sobre a heterogeneidade estrutural, de Aníbal Pinto, mais detido sobre os dilemas do encadeamento industrial do que sobre o problemático mercado de trabalho da periferia do capitalismo.

⁷² Para uma análise que verifica estatisticamente a evolução do subemprego no período 1950-2000, ver Portugal Jr. (2012), que aponta que a participação do subemprego se manteve estável nos anos de 1980, 1991 e 2000, atingindo, respectivamente, os patamares de 28%, 36% e 29% dos ocupados (p. 280).

Em poucas palavras, é preciso haver uma posição clara acerca da generalização daquilo que se entendia com sendo o exército industrial de reserva nos países latino-americanos para que fosse erguida uma teórica que consolidasse todos os esforços para a compreensão daquela singularidade latino-americana. Assim, tanto as posições de Aníbal Pinto sobre a heterogeneidade estrutural quanto as análises de Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick, que expõe de forma clara as conexões do mundo rural com a vida urbana, foram fundamentais para que Octavio Rodríguez consolidasse sua interpretação sobre o subemprego. Sem dúvida, estas foram análises que lhe permitiram criar categorias que ordenam analiticamente o mercado de trabalho e que apontam com precisão para os processos que fundamentam a sua existência. Ou seja, é apenas posteriormente à exata compreensão dos mecanismos que operam no capitalismo dependente e que contribuem ativamente para a consolidação e aprofundamento do subdesenvolvimento, perpetuando um dado padrão de dominação, que se poderia ter uma compreensão mais acabada dos fenômenos relativos ao mercado de trabalho. Ademais, nos idos de 1985, ficava claro que as forças políticas e econômicas tradicionais disputaram e ganharam dos defensores do nacional desenvolvimentismo os rumos que o desenvolvimento capitalista na América Latina, e particularmente no Brasil deveria seguir. Como resultado, é exacerbado um processo de industrialização que atendia aos interesses agrícolas que, empenhados em não deixar desvanecer a fonte de seu poder econômico, político e de prestígio social, impedem a resolução da questão agrária, tão importante para a redução do subemprego e da conseqüente homogeneização da estrutura ocupacional. De tal forma, Octavio Rodríguez indica que a manutenção desta fórmula é capaz de reinventar sempre sob novas formas a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho, onde o subemprego é tanto uma parcela expressiva no total de ocupados como é também persistente no tempo.

5. Bibliografia

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Distribuição de renda: uma visão da controvérsia*. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 15-35, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Comentários sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Santiago, nº 1-2, junho-dezembro, p. 57-76, 1971.

_____. *Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica*. In: _____. O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Difel, p. 166-185, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: _____. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, p. 11-63, 1976.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. La marginalidad social en la historia de la industrialización europea. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires, vol. V, nº 1, março/abril, p. 237-248, 1969.

KOWARICK, Lúcio (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio (1999). *Francisco Cavalcanti de Oliveira (1932)* [entrevista]. In: _____. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, p. 91-117, 1999.

MARX, Karl (1867). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de (1975). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 11ª edição. São Paulo; Campinas: Editora Unesp; Facamp, 2009.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires, vol. V, nº 1, março/abril, p. 178-236, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; MAZZUCHELLI, Frederico. *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976*. In: MARTINS, Carlos Estevam. *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP, p. 111-139, 1977.

PINTO, Aníbal. *Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente*. In: SERRA, José (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 44-82, 1976.

PORTUGAL Jr., José Geraldo. *Padrões de heterogeneidade estrutural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2012 (Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico).

QUIJANO, Anibal. The marginal pole of the economy and the marginalised labour force. *Economy and Society*. Londres: Routledge, vol. 3, nº 4, novembro, p. 393-428, 1974.

_____. *Notas sobre o conceito de marginalidade*. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo: Duas Cidades, p. 11-71, 1978.

RODRÍGUEZ, Octavio. Agricultura, subempleo y distribución del ingreso: notas del caso brasileño. *Economía de América Latina*. Cidade do México: CIDE, nº 13, 1º semestre, p. 63-77, 1985.

SERRA, José. *A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas*. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 263-288, 1978.

SOUZA, Paulo Renato Costa (1980). *Emprego, Salários e Pobreza*. São Paulo; Campinas: HUCITEC; Funcamp, 1980.

_____ (1999). *Salário e emprego em economias atrasadas*. Campinas: Unicamp-IE, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Análise das políticas para o setor agropecuário*. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, vol. 2. 4ª edição. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *El Trimestre económico*. Cidade do México, vol. 38, nº 152, outubro/dezembro, p. 905-950, 1971.

_____. Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos. *Economía de América Latina*. Cidade do México: CIDE, nº 6, 2º semestre, p. 21-42, 1981.

_____; SOUZA, Paulo Renato Costa. Emprego e salários na indústria – o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, nº 1, janeiro/março, p. 3-29, 1981.